

O 11 de Setembro e o renascer da história

9/11 and the rebirth of history

João Manuel Santana Franco*

Meridiano 47 vol. 12, n. 127, set.-out. 2011 [p. 42 a 49]

1 Introdução

Com os ataques terroristas perpetrados contra solo dos EUA por terroristas islâmicos no dia 11 de Setembro de 2001, terminaram as esperanças para todos aqueles que, após o fim da Guerra Fria e o colapso do bloco soviético, acreditavam estar a entrar numa era estável e de prosperidade *ad eternum*. Brzezinski (1997), antigo Conselheiro Nacional de Segurança dos EUA, confiante no poderio dos Estados Unidos enquanto superpotência global hegemónica, delimitava no seu livro *The grand chessboard: American Primacy and its Geostrategic Imperatives*, os objectivos e campos de actuação dos Estados Unidos, enquanto um menos optimista Charles Kupchan (2003) previa o fim da era americana e um mundo multipolar, no qual os Estados Unidos teriam de lidar em condições menos favoráveis com a Europa, a Rússia e a China. O pessimista Steyn (2006) previa uns Estados Unidos cercados de inimigos e sem aliados que lhe valessem. Fukuyama (1992), na sua conhecida obra *The end of history and the last man*, tinha previsto que a humanidade estava perante um ponto de viragem crucial, que não se estava apenas perante o fim da Guerra Fria, mas perante o culminar da evolução ideológica da humanidade, que implicava o triunfo da democracia liberal Ocidental em todo o globo. Rechaçadas por pensadores como Huntington (1996), que logo em 1996 publicou o seu polémico ensaio *The clash of civilizations and the Remaking of World Order*, as teses de Fukuyama sofreram a machadada final naquela fatídica manhã de Setembro, que marcou o início do fim do “fim da história”. Naquele dia, o mundo despertava em horror para a realidade do terrorismo massivo, e para um cenário global mergulhado na incerteza. Em retaliação pelos ataques sofridos, logo os EUA se envolveram militarmente no Afeganistão e depois no Iraque, além de operações militares pontuais em África e noutros países do Médio Oriente, a que se juntou muito mais tarde a intervenção na Líbia. Não há dúvida de que estas intervenções militares, afastadas do solo americano, tiveram não só um impacto negativo nas opiniões públicas do mundo em geral, mas especialmente no chamado mundo árabe, como um custo em perdas humanas, sempre difícil de justificar perante os agressivos media norte-americanos, e sobretudo um custo financeiro astronómico, de difícil defesa e apoio numa época de recessão económica praticamente generalizada.

2 A hegemonia dos Estados Unidos da América e as suas linhas de força

No seu curto mas incisivo livro *The geostrategic triad-Living with China, Europe, and Russia*, Brzezinski (2001), traça de forma optimista e confiante as realidades geopolíticas desses três espaços (China, Europa e Rússia), bem

* Licenciado em Relações Internacionais e em Estratégia pelo Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas da Universidade Técnica de Lisboa – ISCSP-UTL, Portugal, e colaborador da revista académica *Finis Mundi* (joao.franco4@sapo.pt).

como as prioridades estratégicas dos americanos nas relações com esses três interlocutores. Este livro, a par do excelente *The Grand Chessboard* (BRZEZINSKI, 1997), são essenciais para perceber os imperativos estratégicos dos Estados Unidos no pós-Guerra Fria. A grande ilação a tirar de *The Geostrategic Triad* é o facto de, na opinião de Brzezinski os Estados Unidos permanecerem a potência global incontestada no século XXI. Propondo uma estratégia de apaziguamento e de grande tacto diplomático em todas as frentes, diz-nos entre outras coisas que a China não é nem um adversário internacional, nem um parceiro estratégico dos Estados Unidos, que a China não irá tornar-se uma potência global, mas apenas regional, que a China não constitui uma ameaça directa à segurança dos Estados Unidos, que a China não coloca um desafio ideológico global aos Estados Unidos e que a China não é uma desestabilizadora regional. Como directivas estratégicas para lidar com a China, Brzezinski propõe, entre outras, a promoção de um diálogo estratégico trilateral entre os EUA, a China e o Japão sobre a segurança na Eurásia; a prioridade da preocupação com a orientação futura da China, em detrimento do futuro de Taiwan; evitar hostilizar a China através acordo de defesa e fornecimentos de armas a Taiwan e do estabelecimento preventivo de uma coligação defensiva anti-chinesa; integrar a China no G-8 e expandir a OSCE para incluir a Ásia no seguimento de conversas de segurança a cinco entre os Estados Unidos, Europa, Rússia, China e Japão (BRZEZINSKI, 2001, *The geostrategic triad*, p. 10,22).

Em relação à Europa, o autor aponta entre outros pontos que: é pouco provável que a UE adquira uma capacidade militar autónoma; que a UE será um novo tipo de actor global, com influência de tipo económico e financeiro; que na cena global a UE não será como a América, mas antes como uma Suíça em ponto grande e que a UE necessita de expandir-se por motivos demográficos e económicos. Como directrizes estratégicas americanas para a Europa, Brzezinski apresenta entre várias outras as seguintes: a Europa permanece o natural e proeminente aliado da América; uma Europa atlantista é essencial para um equilíbrio Eurásico estável; uma capacidade de defesa europeia autónoma, em qualquer caso improvável no futuro, não deve ser bloqueada pelos Estados Unidos; os Estados Unidos devem procurar uma OTAN alargada na Europa, mas não uma OTAN “fora-de-área”; A OTAN e a UE devem trabalhar juntas nos planos para futura expansão e que, eventualmente a Turquia, Chipre e Israel devem ser incluídos em ambas as entidades (BRZEZINSKI, idem, p.38, 45).

No que respeita à Rússia, Zbigniew Brzezinski traça um quadro negro da sua condição geopolítica ao declarar, entre outros pontos que: a economia russa é cerca de um décimo da economia americana e o seu sector industrial três vezes mais velho do que a média da OCDE; que a população russa caiu de 151 milhões em 1990 para 146 milhões em 1999; que a economia da China já é quatro vezes maior do que a russa e a da UE dez vezes maior; existe um grave problema ambiental na Rússia, que tem tido grande impacto nos recém-nascidos e que o actual governo russo tem tornado claro que o seu objectivo central é restaurar o poder russo e não uma reforma democrática. Como linhas de força para a relação com a Rússia, Brzezinski sugere dez, das quais destacamos as seguintes: apoio aos Estados recém-independentes, que ajudará a avançar a redefinição histórica da Rússia; a próxima geração de líderes russos pode fornecer a massa crítica necessária para uma viragem a favor do Ocidente; tendo em vista o fim referido atrás a assistência financeira do Ocidente deverá concentrar-se quase exclusivamente na promoção do avanço de uma nova elite, ideologicamente democrática, através do fomento de uma base democrática e intercâmbio alargado de visitantes; a UE e a OTAN devem propor formalmente a associação da Rússia; entretanto a expansão, quer da UE, quer da OTAN, deve continuar para Leste (BRZEZINSKI, ibidem, p. 63, 68).

3 A OTAN como instrumento dos EUA, e a força de uma hipotética aliança Europa-Rússia

Vamos analisar em pormenor a parte que à OTAN diz respeito e que se relaciona intimamente com a Europa e a Rússia e com o papel hegemónico dos Estados Unidos no pós-11 de Setembro. Se por um lado Brzezinski leu

bem as fraquezas europeias e russas, por outro lado parece evidente que interessa aos Estados Unidos explorá-las para manter a sua hegemonia global. Brzezinski parece ainda ignorar em parte as fracturas civilizacionais propostas por Huntington (1999), ou seja que os Estados muitas vezes se associam em função de uma civilização comum. Se a Rússia foi incapaz de conter a adesão à OTAN dos países bálticos protestantes, com ligações históricas ao Ocidente, a sua influência nas Repúblicas muçulmanas nascidas do colapso da União Soviética, Azerbaijão, Turquemenistão, Tadjiquistão, Uzbequistão e Quiguistão parece ser também flutuante, face à influência crescente de duas potências emergentes, a Turquia e o Irão. Contudo, o governo russo enviou um forte contingente militar para apoiar o governo tadjique contra os fundamentalistas islâmicos e estabeleceu com o Azerbaijão acordos para a exploração de petróleo. No Leste da Europa, a Rússia tem fortes ligações com a Sérvia, a Bulgária, a Roménia e a Grécia, sua *mater* civilizacional. Na zona da antiga URSS, a Rússia tem lutado contra a expansão da OTAN em todos os países ortodoxos (Moldávia, Bielorrússia, Ucrânia, Arménia, Geórgia) e no Cazaquistão, como já vimos acima, e a emergência dos dois novos Estados, Abkhazia e Ossétia do Sul, permitiu à Rússia reafirmar o seu papel de potência directora na zona, sendo que estes dois Estados poderão ser muito úteis à Rússia em futuras intervenções no Cáucaso muçulmano. As guerras na ex-Jugoslávia também criaram grandes ressentimentos europeus e russos contra os Estados Unidos, pela criação de dois Estados de maioria islâmica (a Bósnia-Herzegovina e o Kosovo) na Europa, e mais ainda na instável região dos Balcãs. A criação desta fractura civilizacional contou com o apoio contra-natura dos Estados Unidos aos muçulmanos bósnios e kosovares, ao lado de países como a Turquia, o Afeganistão, o Irão e a Arábia Saudita. Como se depreende, algumas destas “alianças” denotam uma notória quebra de solidariedade no Ocidente. Muitos Estados europeus receiam que a partir dos Balcãs surja um foco de extremismo islâmico que ameace os seus países.

Parece pouco provável que sem o aval da Rússia possa haver uma expansão da OTAN mais para Leste, e a sugerida expansão ao Chipre e a Israel, feita por Brzezinski (2001) não parece nada desejável. No caso do Chipre tal não deve ser feito sem a resolução definitiva do conflito que opõe as zonas turca e grega. Recordemos que com o fim da Guerra Fria, também pareceram acabar algumas das solidariedades que a conjuntura tinha imposto e vemos recrudescer a antiga animosidade greco-turca. Já no caso de Israel, a sua entrada na OTAN poderia fomentar ainda mais a animosidade muçulmana contra a Europa e os Estados Unidos e impulsionar até uma aliança civilizacional de países muçulmanos para contrabalançar a influência da OTAN, ou uma corrida aos armamentos no Médio Oriente. Na verdade, talvez até não seja difícil a aproximação da Rússia à Europa. A Europa e a Rússia, enfraquecidos, necessitam desesperadamente de aliados, e em relação à Europa, o desvio do interesse americano para o Pacífico e para o Índico parece não augurar nada de bom, numa altura em que a actuação global norte-americana pode começar a ser limitada pela sua situação financeira. O berço da civilização russa ortodoxa, é o mesmo da civilização europeia ocidental: a Grécia e o Império Romano (num caso do Ocidente, no outro do Oriente). Brzezinski (2001) fala na necessidade de criar uma nova elite russa, que se aproxime da Europa (BRZEZINSKI, 2001, *The geostrategic triad*, p. 68). Na verdade poderá ser mais necessário criar uma nova elite europeia, que se aproxime da Rússia. Desde a Segunda Guerra Mundial que a Europa assumiu uma posição subalterna em relação aos Estados Unidos e frequentemente as opções da política externa europeia andam a reboque das americanas. Os líderes europeus não têm tido a visão e a coragem para decidir o destino da Europa enquanto potência influente no mundo. É certo que sem uma capacidade militar autónoma europeia tal não acontecerá, mas tem de existir a vontade política para tal. Os Estados Unidos não são inimigos da Europa, mas podem vir a ser adversários, uma vez que sofrem ambos do mesmo problema: têm escassez de recursos vitais para a manutenção da sua economia e têm de procurá-los fora da sua área geográfica, o que pode levar a dissensões entre ambos. Já a Europa e a Rússia partilham um problema: a existência de um mundo islâmico potencialmente explosivo na sua fronteira Sul. Os Estados Unidos não são indiferentes a esta questão, mas o seu território está muito afastado do mundo islâmico. Uma aliança Europa-Rússia criaria uma vasta potência, em que a Rússia forneceria os recursos energéticos e as vastas áreas aráveis

necessárias à produção de alimentos e a Europa os investimentos e tecnologia necessários à economia russa. Para o futuro há que realçar a importância estratégica de um eixo Paris-Berlim-Moscovo-Deli, uma vez que a Índia é o único país asiático capaz de contrabalançar a ascensão da China e um tampão à expansão do islamismo radical, do qual há décadas sente os efeitos. É notório que os Estados Unidos têm sabido dividir para reinar e salvaguardado os seus interesses nacionais, procurando aliados conforme as circunstâncias. O 11 de Setembro se não rompeu a continuidade da política dos Estados Unidos do pós-Guerra Fria, iniciada em 1991 com a Guerra do Golfo, veio acentuar e reafirmar a unilateralidade da potência hegemónica, muito por culpa do abstencionismo e pacifismo pós-moderno da Europa, convencida da superioridade moral do seu sistema político, o qual deveria ser a sua principal matéria de exportação.

4 Rússia e China, dois pólos clássicos de oposição à hegemonia dos EUA

A China, potência emergente, despertou igualmente para o problema do terrorismo fundamentalista, ao olhar para a sua província do Sinkiang, de maioria uígur, e tendo nos seus vizinhos da Ásia Central e do Afeganistão possíveis focos de instabilidade, logo tratou de fomentar a cooperação policial com os novos países da Ásia Central, nascidos do colapso da URSS, e com a comunidade internacional em geral, para o combate ao terrorismo. Entretanto, tenta aumentar a influência na sua área de expansão natural, o Sudeste Asiático, e reivindica recursos energéticos no Mar do Sul da China. A questão do Tibete também a preocupa e parece ter conseguido da comunidade internacional, mão livre para lidar com estes problemas.

A Rússia, a braços com grupos armados islâmicos no Cáucaso, também afinou pelo diapasão da cooperação internacional na luta contra o terrorismo e pode afirmar-se que tem subordinado os seus interesses aos interesses de Washington nas grandes questões da política internacional, em troca de liberdade de actuação no Cáucaso. A Rússia parece mesmo estar em risco de perder o estatuto de potência liderante no heartland euroasiático (CORREIA, 2004, p. 81). Com o advento da era Putin, a Rússia tomou posições de força em relação ao estabelecimento do chamado escudo anti-míssil na Europa de Leste, opôs-se à expansão da OTAN a países como a Ucrânia e a Geórgia e para marcar uma posição de força interveio militarmente na Geórgia, supostamente para defender as populações maioritárias russas das regiões da Abkhazia e da Ossétia do Sul. Após o conflito, que a Rússia venceu, estas duas regiões tornaram-se independentes *de facto* e já foram reconhecidas internacionalmente pela Rússia, Nicarágua, Venezuela, Nauru e Vanuatu. Quanto ao futuro destes dois países, as opiniões dividem-se entre os que apoiam a Geórgia nas suas exigências de reintegração destes dois territórios na sua soberania, os que defendem a manutenção do estatuto de protectorados russos e os que advogam a integração destes territórios na Federação Russa.

5 A fragilidade europeia na cena internacional

Quanto à Europa, o pós-11 de Setembro veio revelar a fraqueza das suas capacidades militares, e da sua vontade de intervenção significativa fora do seu âmbito territorial. Apesar de terem empenhado forças em cenários de conflito, como sejam o Afeganistão, ou o Iraque, os seus números são bastante reveladores e mostram que os Estados Unidos têm fornecido a esmagadora maioria das tropas. Se no caso da Alemanha, condicionantes históricas e políticas determinaram o seu envolvimento limitado no âmbito da OTAN no Afeganistão, no caso do Reino Unido e da França, antigas grandes potências, ficam cada vez mais patentes as dificuldades de levarem a cabo operações militares fora da região em que se inserem, excepto quando em apoio à superpotência americana. Houve pois um agravamento ainda maior da dependência estratégica da Europa em relação aos Estados Unidos. A Europa ficou a

saber que poderio económico não se traduz necessariamente em poder estratégico e geopolítico (KAGAN, 2003, p. 30) As enormes fraquezas e disparidades entre o poder militar e tecnológico-militar da Europa e dos Estados Unidos, que já tinham dado sinais aquando da intervenção militar no Kosovo, a que Chomsky (1999), chamou o novo humanismo militar só se agravaram com o passar dos anos, estando muitas vezes as forças europeias reduzidas ao papel de forças de manutenção de paz, depois das forças dos EUA terem efectuado o trabalho mais difícil. Segundo Kagan (2003), os europeus não aproveitaram o colapso da União Soviética e o fim da Guerra Fria para expandir o seu alcance estratégico, “consideraram-nos uma oportunidade para tirar vantagem de um considerável dividendo de paz” (KAGAN, 2003, p.33). Esta atitude comporta um notável ingenuidade por parte dos líderes europeus, na visão que têm do mundo e dos interesses vitais da Europa, à qual não será alheia uma forte condicionante psicológica derivada do facto da Europa ter sido palco de dois terríveis conflitos no século XX. Recordemos que os Estados Unidos, que nunca foram tão longe quanto os líderes europeus, em matéria de ingenuidade no pós-Guerra Fria, acordaram da pior maneira do seu sonho de optimismo no 11 de Setembro de 2001. Todas as indecisões dos líderes europeus em redor da criação de uma força militar europeia conjunta, com capacidade de intervenção no espaço extra-europeu, resultaram na fraqueza da Europa enquanto actor internacional. Os Estados Unidos, mergulhados como grande parte do mundo Ocidental numa crise económica, cada vez vêm menos com bons olhos a dependência crescente que a Europa revela em relação ao seu guarda-chuva militar, e os aliados de ontem começam a tornar-se nos dependentes de hoje.

6 A OTAN e a ONU

Quanto à grande novidade do pós-11 de Setembro, essa foi a intervenção da OTAN fora do seu antigo âmbito de actuação, muito para além do que já tinha acontecido com a intervenção militar na Jugoslávia. “A OTAN, tem mantido a sua função de defesa colectiva, inscrita no artigo 5º do seu tratado, ao mesmo tempo que assume novas responsabilidades na gestão de crises e na imposição da paz” (DOUGHERTY & PFALTZGRAFF, 2003, p. 687-688). Depois das operações na ex-Jugoslávia, forças da OTAN têm estado envolvidas no Afeganistão e mais recentemente na Líbia, proporcionando igualmente combate à pirataria no Índico.

O estabelecimento da Parceria para a Paz (PpP), em 1994, permitiu à OTAN estabelecer relações bilaterais com países da Comunidade de Estados Independentes (CEI), com países europeus neutros no antigo conflito Leste-Oeste e com outros países, nomeadamente ex-membros da URSS que não fazem parte da CEI e ex-membros da Jugoslávia.

Em 1999, na comemoração dos cinquenta anos da OTAN, foram aprovadas na cimeira de Washington importantes alterações ao seu conceito estratégico, conduzidas por uns EUA que assumiam de forma aberta o seu papel de potência hegemónica e global. Quatro importantes novidades surgiram desta cimeira. Primeira, a possibilidade de intervenção fora-de-área, para além dos termos do artigo 5º do Tratado da OTAN, o que fez com que a OTAN deixasse de ser uma organização defensiva. Segundo, a dispensabilidade de aval do Conselho de Segurança das Nações Unidas para as intervenções da OTAN fora-de-área e sem ser em resposta a uma agressão. Terceira, a manutenção da opção nuclear como componente fundamental da defesa da OTAN e dos seus membros. Quarto, a definição da Identidade Europeia de Segurança e Defesa como pilar europeu da OTAN. Em relação a esta última Correia (2004) afirma: “Surpreendente terá sido o facto de esta opção, decisiva para a UE, ter sido tomada numa cimeira da OTAN, onde estão presentes Estados que lhe são estranhos, onde nem todos os Estados da UE têm assento e onde tem um papel determinante uma potência, os EUA, que não só não pertence à UE como nem sequer é europeia.” (CORREIA, 2004, p. 125).

A ONU como organização internacional cada vez parece perder mais credibilidade política, quer pelos sucessivos atropelos sofridos por parte dos norte-americanos, que consideram acima de tudo o seu interesse

nacional, quer pelos bloqueios sistemáticos em matérias de direitos humanos, levados a cabo pela China e pela Rússia (CORREIA, 2004, p. 109-111). Autores como Moreira (2002) parecem deixar claro o desejo de uma reforma da ONU, que permita o seu funcionamento eficaz, pois o sistema da carta da ONU nunca funcionou (MOREIRA, 2002, p.581-586). O que é certo é que os EUA, como potência global, não esperam pela ONU para avançar quando os seus interesses estão em jogo e parece pouco provável que a situação mude no futuro.

Por outro lado, Correia (2004), considera que “se o sistema unipolar em vez de se aproximar do modelo império mundial tivesse evoluído para um dos outros dois modelos tipificados por Cabral Couto, a confederação mundial ou o estado universal (...) teria provavelmente cabido à ONU o papel de liderança do sistema. (...) Não aconteceu assim e o sistema unipolar nascente cada vez foi configurando mais o modelo do império mundial, isto é, dirigido por um Estado nacional que se impôs de uma forma absoluta aos restantes, ignorando, marginalizando ou sobrepondo-se às instituições supranacionais que nem por isso deixaram de existir” (CORREIA, 2004, p. 109). Resulta daqui que a ONU só é chamada a intervir quando interessa aos EUA, muito embora os EUA não se coíbam de afirmar que caso seja necessário avançarão sem o seu aval.

7 O mundo árabe, e as potências emergentes

O mundo árabe pareceu enfrentar recentemente uma nova era de esperança democrática, mas de pouca dura. Se a revolução tunisina conseguiu de forma efectiva derrubar o regime instalado, apesar de tudo um dos mais ocidentalizados, no Egipto, na sequência do derrube de Mubarak nada parece ter mudado verdadeiramente. O contágio da revolução à Arábia Saudita, à Argélia, a Marrocos, ao Bahrein, ao Iémen e à Jordânia parece ter estancado e perdido protagonismo. Na Líbia, os protestos descambaram em guerra civil e alguns países da OTAN e outros, com mandato da ONU, têm intervindo em apoio aos rebeldes contra o regime de Kadhafi. Esta intervenção tem demonstrado a fraqueza do braço europeu da OTAN, que demorou meses a obter o resultado desejado, face a um adversário frágil e isolado internacionalmente. Na Síria a situação permanece por clarificar, mas as Forças Armadas leais ao Presidente Assad têm levado a cabo violentas operações contra opositores ao regime. Fortes protestos diplomáticos por parte dos Estados Unidos, da UE, de países árabes e da Turquia, não têm demovido o regime sírio dos seus intentos. O que é certo, é que uma intervenção militar internacional na Síria parece estar fora de questão de momento, embora se discutam embargos de armas, sanções económicas e outras medidas não-violentas. Uma coisa não pode ser negada, cada vez que os Estados Unidos intervêm militarmente no exterior, os países que lhe são hostis rearmam-se, com receio de serem os próximos a sofrer a atenção americana. Foi o que fez a Síria ao ver o que sucedeu ao regime iraquiano liderado por Saddam Hussein, que colocou o exército norte-americano nas suas fronteiras. Assim, o regime sírio adquiriu à Rússia avançados sistemas de mísseis anti-aéreos SA-17, SA-22 e SA-10¹ nos últimos anos que podem constituir uma séria ameaça às aviações israelita e norte-americana, em caso de ataque. Mais preocupante parece ser o facto da Síria possuir centenas de mísseis balísticos SS-1 (Scud) e SS-21 (Scarab), os quais podem ser apetrechados com ogivas de agentes químicos ou biológicos.²

A política dos Estados Unidos para o Médio Oriente não parece ter mudado com o 11 de Setembro, no sentido de que permanece o apoio a Israel, parceiro privilegiado para toda a região. Os EUA ocupam actualmente no Iraque e no Golfo Pérsico bases estratégicas para o controlo dos hidrocarbonetos da zona. A questão palestiniana continua por resolver por falta de empenho das administrações americanas, uma vez que Israel depende desesperadamente do armamento ultra-moderno que lhe é fornecido pelos Estados Unidos, que têm assim o poder de pressionar Israel

1 Códigos da OTAN. O sistema SA-10 parece ter grande capacidade contra a maioria dos jactos actuais, sendo especulativa a sua capacidade contra os jactos americanos mais recentes, com capacidade stealth, como o B-2, F-22 e F-35 Lightning II, o que já levou Israel a encomendar este último aos EUA.

2 Para aprofundar, ver <http://www.globalsecurity.org/wmd/world/syria/cw.htm>.

a aceitar um Estado palestino. A situação continua explosiva na área, com ou sem 11 de Setembro. Este século podemos destacar A Segunda Intifada, o conflito com o Líbano em 2006, a invasão de Gaza mais recentemente, e a lista podia continuar. Daqui podemos inferir que o Médio Oriente em geral continua um barril de pólvora, e que não tem sido seguida a via desejável do apaziguamento. Nye Jr. (2002) afirmou em relação à Guerra do Golfo, que “a guerra destruiu a capacidade iraquiana para deter armas de destruição maciça, antes de elas se terem tornado completamente operacionais (...) Mas não solucionou os conflitos que tiveram origem em políticas nacionais fragmentadas e em débeis sociedades nacionais no Médio Oriente” (NYE JR, 2002, p. 215).

O próprio terrorismo mudou, tornou-se mais difuso, com maior capacidade de destruição e com maior liberdade de actuação, por estar organizado em células independentes. A morte de Bin Laden no Paquistão não parece vir a alterar este rumo, gerando aliás novos sentimentos de vingança. Para além do terrorismo, é um novo mundo de ameaças que está a nascer, no qual Ramonet (2003) inclui os desastres ecológicos, a escassez de água potável, a morte das florestas, a fome, as pestes. Tudo isto alimenta a pobreza, que ajuda por vezes ao disseminar do terrorismo e alimenta-o com os excluídos do mundo.

A dispersão de forças dos Estados Unidos por diferentes conflitos, tem mantido as atenções americanas desviadas, e assistimos à ascensão de novas potências regionais como o Brasil, a Indonésia e a Turquia. O Brasil tem fortalecido a sua economia e procura reequipar as suas forças armadas para se assumir como uma potência regional, com interesses no continente americano e no vasto Atlântico Sul. O sucesso do plano económico que introduziu o real, veio trazer uma moeda estável, que permitiu a consolidação do crescimento económico e um admirável incremento nas exportações agrícolas e industriais.

8 Conclusão

Para concluir, podemos afirmar que o 11 de Setembro não veio alterar o cerne da política externa dos EUA, mas veio certamente trazer maior incerteza ao sistema internacional, e a um eclodir de conflitos nascidos da oposição ao interesse nacional da potência hegemónica. Felizmente parecem emergir novas potências como o Brasil, a Turquia e a Indonésia e potências actuais como a China, a Rússia e a Índia parecem estar a fortalecer-se para contrabalançar o peso dos EUA. A Europa permanecerá uma incógnita, enquanto não estiver disposta a pagar os custos de assumir o seu papel na cena internacional.

Referências Bibliográficas

- BRZEZINSKI, Zbigniew, *The Geostategic Triad-Living with China, Europe and Russia*, Washington, DC: The CSIS Press, 2001.
- BRZEZINSKI, Zbigniew, *The Grand Chessboard-American Primacy and its Geostategic Imperatives*, New York: Basic Books, 1997.
- CHOMSKY, Noam, *O Novo Humanismo Militar, Lições do Kosovo*, Porto: Campo das Letras, 1999.
- CORREIA, Pedro de Pizarat, *Manual de Geopolítica e Geoestratégia-Vol. II- Análise geoestratégica de um mundo em conflito*, Coimbra: Quarteto, 2004.
- DOUGHERTY, James E. e PFALTZGRAFF, Robert L., *Relações Internacionais, as teorias em confronto*, Lisboa: Gradiva, 2003.
- FUKUYAMA, Francis, *The end of history and the Last Man*, New York: Free Press, 1992.
- HUNTINGTON, Samuel, *O Choque das Civilizações e a mudança na Ordem Mundial*, Lisboa: Gradiva, 1999.

- KAGAN, Robert, *O paraíso e o poder, a América e a Europa na Nova Ordem Mundial*, Lisboa: Gradiva, 2003.
- KUPCHAN, Charles, *The end of the american era-US foreign policy and the geopolitics of the twenty-first century*, New York: Knopf, 2003.
- Missile Threat, “S-300P (SA-10 Grumble)”, Missile Defense Systems, http://www.missilethreat.com/missiledefense/systems/id.50/system_detail.asp (acedido em 22/08/2011).
- MOREIRA, Adriano, *Teoria das Relações Internacionais*, Coimbra: Almedina, 2002.
- NYE, JR., Joseph, *Compreender os conflitos internacionais*, Lisboa: Gradiva, 2002.
- RAMONET, Ignacio, *Guerras do Século XXI*, Porto: Campo das Letras, 2003.
- STEYN, Mark, *America Alone*, Washington, DC: Regnery Publishing, Inc., 2006.

Resumo

Este artigo analisa algumas das mudanças ocorridas a nível global, após os acontecimentos do 11 de Setembro, não só no que respeita aos principais Estados e grupos civilizacionais, mas também a organizações como a OTAN e a ONU.

Abstract

This article analyses some of the changes occurred at a global level, after the 9/11 events, not only in what concerns the main States and civilizational groups, but also organizations like NATO and UN.

Palavras-chave: 11 de Setembro; Nova Ordem Mundial; Política global

Keywords: 9/11; New World Order; Global Policy

Recebido em 31/08/2011

Aprovado em 25/29/2011

